

CIÊNCIAS SOCIAIS E DEMOCRACIA HOJE

SOCIAL SCIENCES AND DEMOCRACY TODAY

Bruno Wanderley Reis

Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (2024-2026) e professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem mestrado e doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ. Seus estudos concentram-se em temas como sistemas partidários, eleitorais e financiamento de campanha, quase sempre em termos comparativos. E-mail de contato: brunopwr@gmail.com.

RESUMO

Exposição dos desafios das ciências sociais brasileiras — em particular a ciência política — no sentido de dinamizar as trocas, acordos e cooperação com outros países do mundo fora do Norte Global. Esse movimento é necessário não apenas pela democratização do conhecimento, mas também para reforçar um compromisso maior em prol da tolerância e, portanto, da democracia e dos direitos humanos em toda parte.

Palavras-chave: Democracia; Cooperação Internacional; Associação Brasileira de Ciência Política.

ABSTRACT

This paper discusses the challenges faced by the Brazilian social sciences—particularly political science—in fostering exchanges, agreements, and cooperation with countries outside the Global North. Such efforts are necessary not only to democratize knowledge but also to reinforce a broader commitment to tolerance and, consequently, to democracy and human rights worldwide.

Keywords: Democracy; International Cooperation; Brazilian Political Science Association (ABCP).

É muito comum a história da ciência social no Brasil ser contada do ponto de vista da pós-graduação — é o que estávamos falando dessas hierarquias, como a carreira acadêmica é A, a carreira fora da universidade é B, pós-graduação é A, graduação é B. Acabamos contando a história das disciplinas pela pós-graduação, que começa ali em fins dos anos 1960, mas estava aqui desde os anos 1950 com o Departamento de Ciências Sociais. E é uma causa árdua, as idas e vindas, as turbulências políticas e até mesmo acadêmicas, nossas tertúlias, nossas identidades internas à área de ciências sociais, que dificultam tantas vezes a convivência, e no entanto são constitutivas de todos nós.

Falar de ciências sociais e democracia, velhos e novíssimos desafios e oportunidades, estando sentado nessa cadeira, há tão pouco tempo, de presidente de uma associação de ciência política (ABCP), é um lugar delicado. Eu comecei em um tema canônico, mais difícil de abordar seriamente do que pode parecer, especialmente se nos recusarmos a repetição dos clichês de promessa de amor eterno. Um problema sério, que diz respeito a uma agenda, a desafios e a perspectivas, especialmente delicado quando te interpela no início do mandato de presidente de uma associação de cientistas políticos de alcance nacional.

A ABCP é uma associação científica e cada vez mais também uma associação profissional, para além da prática da pesquisa estritamente acadêmica. Sua filiação tem saltado: apenas dois anos atrás mal passávamos de 1000, e agora dobramos para 2600. Quem são essas pessoas, quem somos nós, a esta altura, é algo que intriga a própria ABCP, incluindo um número grande de estudantes, inclusive de graduação, que talvez jamais cheguem à pós-graduação — sendo que no primeiro estatuto da ABCP era explícita a exigência de mestrado e doutorado. No entanto, hoje temos vários cursos de graduação em ciência política, fora a graduação em Relações Internacionais, que é extensa. Então isso tudo metamorfoseia de baixo para cima a associação, e estamos vivendo isso.

Neste momento, ao pensar sobre isso, eu não consegui não ser institucional, não pensar deste lugar, deste assento que estou ocupando, no entanto, há tão pouco tempo. Estou aprendendo e, depois de um tempo, você já não consegue mais não pensar a partir deste ponto de vista, assim como quando me tornei diretor da faculdade. Eu costumava a ser um professor muito confiante nos meus palpites, em qualquer reunião de congregação eu saía perorando sobre qualquer assunto, tendo umas opiniões mais heterodoxas. A certa altura, você se torna dirigente, e de repente você se vê comedido.

No entanto, direção de unidade é aquela força centrífuga, que nos joga para dentro. Eu mal viajava de Belo Horizonte, saía e tinha que voltar correndo, o que não deixa de acontecer hoje de novo, mas pelo menos agora eu estou ao contrário: puxado, não mais para o setor público, mas para uma associação civil de direito privado; não mais dentro de uma instituição, mas tentando representar o *corpus* profissional de um país inteiro interpelado pelas relações entre esses profissionais e seus colegas de fora.

Eu fui tomando notas de maneira tópica em busca de algumas demarcações na esperança de esboçar um caminho fecundo para essa conversa que vai crescendo. Como eu tive ocasião de reafirmar em público recentemente, em Salvador, na ocasião da minha eleição, compromisso de cada um de nós para a ciência social brasileira e para a democracia é inequívoco, mas isso não pode se resolver num compromisso dogmático com uma fórmula institucional específica e na desconsideração intolerante contra qualquer variação. Afinal, a mais fundamental justificativa para se aderir à democracia é exatamente o dever universal de consideração detida e respeitosa ao ponto de vista alheio, num regime tolerante e pluralista. Mais amplamente, portanto, nosso compromisso prévio à democracia é um compromisso racionalista, mirando uma política institucionalizada em termos impessoais, potencialmente universalizáveis, fundada, em última análise, nos princípios canônicos de igualdade política entre todas as pessoas, e, portanto, a soberania popular.

Em políticas públicas, também apoiadas em informações de qualidade, o compromisso é com a análise detida de bons dados processados por uma burocracia qualificada, eventualmente formada por nossos ex-alunos, e segura no exercício de suas prerrogativas institucionais para melhor servir ao público e a seus governantes e representantes eleitos. Esse compromisso com um fundamento racionalista universalizado para a democracia é especialmente importante para a ciência social num tempo, como agora, em que atores políticos específicos fazem uso estratégico de desinformação sistemática voltada para a desqualificação da autoridade de qualquer conhecimento disponível, no intuito de espalhar confusão e deslegitimar a concertação pública institucionalizada em qualquer assunto. Esvaziar o debate. Tudo é tomada de posição. Por fim, tudo isso nos obriga também a um compromisso com a ordem internacional, porque é muito claro que o jogo hoje se joga em alianças para além do território nacional. Uma ordem internacional organizada em termos equânimes, fundada no princípio fundamental da soberania nacional, um compromisso às vezes difícil de autodeterminação dos povos e integridade territorial para as nações.

Eu posso dizer aqui que isso é um resultado de uma certa jornada. Quem chegou à vida adulta no início dos anos 1980, no fim do ciclo da ditadura, se alguém chegasse para falar de soberania nacional era complicado — um cultivo de retórica e imagética nacionalista de maneira não muito distante do que Bolsonaro faz. E de maneira especialmente dramática, àquela altura, a questão envolvendo as Malvinas, aquela interpelação nacionalista claramente manipulada pelos ditadores argentinos. Isso me produziu durante boa parte da vida uma adesão um pouco ingênua a tudo que soasse cosmopolita, eu acho que isso talvez seja uma espécie de patologia geracional.

Mas, enfim, um compromisso com direitos humanos. A declaração de 1948, em seus termos judiciais, conjuntamente acertada nas Nações Unidas, e com a aprovação simultânea de Estados Unidos e União Soviética, há uma coleção de princípios especialmente sensíveis que se tornaram

herança para as ciências sociais sul-americanas, saída afinal há poucas décadas de um ciclo de ditaduras militares que se espalhou pelo continente com patrocínio ativo da mais duradoura e bem-sucedida democracia do hemisfério. Naquela época, nós não permitimos e não vamos permitir agora, que nosso compromisso sincero com a democracia seja mobilizado como estratégia de exclusão e desqualificação de interlocutores específicos. Nunca é demais lembrar que é logo depois do Golpe de 1964 que a Fundação Ford baixa no Brasil para fazer Departamento de Ciência Política na UFMG, IUPERJ no Rio de Janeiro, CEBRAP em São Paulo etc. Nós abraçamos essa iniciativa pela ciência, pela educação.

Não nos cabe fazer um proselitismo, pois ninguém está francamente em condições de dar lições neste momento. Hoje o número de democracias do planeta é certamente maior do que há 70 anos, quando se iniciou a jornada que estamos celebrando, mas não temos mais a mesma confiança de que nós sabemos como fazer uma democracia. Não só nós ampliamos, de um lado, de maneira bem óbvia, o repertório, considerando mais seriamente vários temas negligenciados — isso vale, inclusive, para os Estados Unidos de maneira muito nítida e dramática: igualdade de gênero, raça, populações tradicionais, diversidade sexual, pluralismo religioso.

Mas além dos temas incorporados, com força distinta 70 anos atrás, hoje também algumas soluções que então pareciam naturais hoje parecem que já não funcionam mais do mesmo jeito. Identificação partidária, estruturação partidária da sociedade de cima a baixo, como no caso europeu, comunicação — não com a ideia ingênua de que imprensa livre resolve tudo, afinal ela pode ser formada por um grande conglomerado tipicamente monopolístico. Aliás, uma pequena nota: *corporate media* é uma expressão, um oxímoro: se é *corporate*, não pode ser *media*. É *player*. Então no meio corporativo se o mediador é ele próprio uma grande empresa, naturalmente não é mais mediador. São algumas coisas que vamos naturalizando.

Nas relações de trabalho, tão estruturantes na nossa percepção da “partidocracia” parlamentar democrática da segunda metade do século XX, que em boa medida foi assentada numa organização partidária de conflito de interesses que radicava lá no local de trabalho e se ramificava pelas escolas, pela imprensa; e elas, sim, também, eram mais próximas da ideia de um mercado de ideias com vários nichos de pequenas empresas que atuavam tipicamente pelo menos no Norte Global, na Europa Ocidental, nos Estados Unidos, de maneira muito mais não só organizada e ancorada na sociedade, mas também mais diversa do que nas avalanches de opinião em que hoje ao mesmo tempo todo mundo é emissor, mas ninguém consegue ser relevante. Os enquadramentos são mais monolíticos com frequência do que certamente há 30 ou 40 anos atrás. Na imprensa americana isso é gritante.

Por isso, não temos mais certeza de que assimetrias econômicas não terminarão por revogar as salvaguardas democráticas e minar o regime por dentro. O caso dos Estados Unidos nos últimos 40 anos é muito claro: há um desmanche institucional. Na linguagem dos anos 1960 quando se falava em desenvolvimento político, certa literatura hoje muito *démodé*, falar de

capabilities do sistema político, capacidade de entregar resultados da construção nacional e tal. Os sistemas políticos contemporâneos têm menor *capability*, na linguagem dos anos 1960, do que tinham naquela época; menor capacidade de entregar coisas, de tomar decisões regulatórias a respeito de vários assuntos que já tiveram anteriormente. Então não tenho certeza, portanto, de que a mera operação continuada da democracia sobre o capitalismo não traga em si os mecanismos de sua neutralização. Isso é um tema canônico na democracia e capitalismo — há quantas décadas falamos disso? E foi meio que precocemente abandonado nas últimas décadas. Entretanto, é evidente que há um monte de perguntas que não sabemos responder. O que houve foi que, depois de 1989, falar de capitalismo se tornou um dado da equação. E tudo bem olhar para isso com realismo, faz parte da lucidez analítica. Mas isso não revoga problemas teóricos próprios que nesta circunstância podem nos confrontar.

Então as peculiaridades deste momento deixam, deixam algo que me parece muito claro. A expansão da cooperação — e, agora, no ponto de vista da representação institucional do exercício da profissão entre nós — e do intercâmbio em si mesmos serão sempre o melhor que poderemos fazer em prol da tolerância e, portanto, da democracia e dos direitos humanos em toda parte. Isolamentos e boicotes alimentam a intolerância e favorecem o autoritarismo. Com o tamanho e a maturidade que tem a ciência social brasileira, não apenas podemos como de fato precisamos intensificar e diversificar nossa cooperação internacional. Precisamos de uma postura diferente agora, da posição meio complexadamente subserviente e periférica que assumimos. Contudo, isso só funciona se conseguimos interpelar o mundo. Mas não mais apenas pela conexão que eu chamo sempre de “radial”, periferia de concentro, mediada pelo Norte Global, necessariamente hierárquica, necessariamente formadora de um enquadramento específico, entre outros possíveis.

A ciência brasileira tem vários bons indicadores, mas há um indicador em que perdemos comparativamente, inclusive dentro da América Latina, que é coautoria internacional qualificada. Uma base como a do *Scopus* revela que a proporção da publicação nossa com colegas não brasileiros é bem abaixo da média latino-americana. Isso tem a ver também com o fato de que é um país grande demais para ser tão periférico e periférico demais para ser tão grande, o que faz com que um colega paraguaio cooperando com o colega boliviano seja cooperação internacional, mas um colega paraense cooperando com um colega gaúcho seja cooperação nacional. Isso é parte da explicação, mas o efeito é o mesmo, produzindo uma comunidade acadêmica relativamente insulada, não obstante seu tamanho, sua pujança, sua massa crítica, sua maturidade e sua qualidade.

A esmagadora maioria da nossa cooperação, a nossa coautoria, por esse indicador, continua sendo os velhos *hubs* cobiçados dos Estados Unidos, da Europa Ocidental, principalmente Inglaterra e depois Portugal, Espanha; antes de Argentina, Peru, África. Claro que temos uma dívida com a África, e claro que temos obrigações com a América Latina, e temos evidentes

oportunidades com a Europa Oriental, oportunidades gritando na nossa frente no BRICS. Então cabe caminhar.

Navegar é preciso. E temos lastros, temos velas suficientes para essa navegação. Já há agora um diálogo horizontal direto sem pré-condições com todas as numerosíssimas comunidades de ciências sociais mundo afora. A persistir nesse caminho de aceitar que a nossa comunicação em comum seja mediada pelos principais *hubs* significa aceitar só olhar para o mundo com um enquadramento canônico ditado no centro, e isso tem implicações político-ideológicas, geopolíticas específicas, que dificilmente interessam não só à ciência, que de modo geral é a nossa obrigação básica, mas ao próprio país que servimos. Os Estados Unidos têm invariavelmente produzido um efeito desestabilizador sobre os nossos esforços de institucionalização na região, seja deliberadamente ou não, por sua mera existência. Precisamos, portanto, diversificar nosso portfólio diplomático, diversificar ancoragem contra as turbulências que vêm. É um período repleto de incertezas, não sabemos mais fazer democracia como já fizemos; eu acho que isso vale mesmo para os nossos amigos dos Estados Unidos da América — a notícia da preocupação a respeito do futuro próximo. Olhamos às vezes com um tom esnobe para países que tem produção bem mais alta e muito mais internacionalizada do que a nossa, e acho que cabe-nos bater às portas e conversar.

Não é possível mais nos apresentarmos como cientistas políticos e não sabermos dizer uma palavra sobre política chinesa. Nesse mundo, ninguém sabe realmente como funciona, e, no entanto, não é apenas uma ditadura de uma pessoa, mas uma burocracia poderosa e uma organização institucionalizada e complexa. Não é trivial entendimento.

Então, nós estamos pensando nesse horizonte pela frente. Posso dizer que nesses 40 dias já batemos nas portas de cada um e fomos efusivamente recebidos, mais do que eu imaginava. Eu esperava uma certa receptividade protocolar fria, e não é o que estamos encontrando, mas sim entusiasmo com a perspectiva de cooperação. Só falta fazer contato com a Índia. Esperamos chegar ao fim do ano com algum termo de cooperação com todos eles, apenas como começo de conversa para diversificar.

Cada colega na diáspora é um embaixador da ABCP falando do país. Reconheço que operávamos muito num regime tímido. Eu fico à vontade para falar isso porque uma das primeiras coisas que a Vanessa Elias de Oliveira, minha antecessora na presidência da Associação, manifestou a mim a frustração dela com o estado da cooperação internacional: “Temos ali os convênios com outra associação e troca uma mesa no congresso. Nós temos 2600 filiados, entendeu? Gastamos dinheiro para comprar uma passagem internacional para dois colegas que não precisam!”. Então, precisamos multiplicar a cooperação, um registro mais horizontal, mas permanente, cooperação e pesquisa, intercâmbio real, atividades conjuntas, abrindo portas, tirando vantagem disso. Nós não somos uma associação de pós-graduação, de instituições, somos uma associação profissional. Então se alguém está fazendo uma pesquisa na

África e precisa de ferramentas, ou de qualificação, precisa do pessoal para o chão, talvez haja colegas brasileiros interessados etc. Temos que começar essa conversa.

Enfim, essas coisas não acontecem rápido. Não tenho ilusões a respeito de que daqui a dois anos tudo vá estar diferente, não é assim que funciona. Mas temos muitas portas inteiramente destrancadas, abertas, ávidas, esperando movimento, e acredito que temos como requalificar um pouco a maneira como dialogamos para fora, e, assim, servir melhor ao país e à ciência.